

PRESCILIANA¹ DUARTE DE ALMEIDA E A REVISTA *A MENSAGEIRA*:
O PAPEL DA MULHER NA IMPRENSA

Cecil Jeanine Albert Zinani

Esta publicação [*A Mensageira*] nos permite, de um lado recuperar um pedaço da história do feminismo no Brasil e, de outro, indicar que a luta que hoje travamos por reafirmar que o sexo é político pois nele existem relações de poder; que a luta que travamos para tornar claro o caráter subjetivo da opressão, os aspectos emocionais da consciência, [...], é um prolongamento avançado da luta anterior de nossas bisavós e avós por direitos da mulher ao trabalho e à instrução num tempo em que era atribuída uma neutralidade ao espaço individual e se definia como político unicamente a esfera pública, objetiva.

Zuleika Alambert, Revista *A Mensageira*

RESUMO: Na segunda metade do século XIX, surgiu no Brasil uma modalidade de imprensa dirigida por mulheres, a qual possibilitou a discussão de temas relevantes para o universo feminino, destacando-se, entre outros, o acesso à educação, ao voto e à profissionalização. Nesse sentido, evidencia-se a revista *A Mensageira*, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, que circulou entre 1897 e 1900. Presciliana, além de diretora da publicação, era responsável por diversas seções, escrevendo artigos de opinião, poemas, crítica literária. Dessa maneira, o propósito deste estudo é apresentar a revista *A Mensageira* e comentar textos não literários da editora da revista.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa feminista; *A Mensageira*; Presciliana Duarte de Almeida

¹ Há controvérsias sobre o nome da autora, tendo em vista que é grafado na revista como Presciliana e, em estudos mais contemporâneos, como Prisciliana. Optou-se por manter a grafia original, assim tanto no nome da editora quanto nas citações diretas da revista.

ABSTRACT: In the second half of the 19th century, in Brazil, a modality of press directed by women arose, which made the discussion of relevant themes for the feminine universe possible, highlighting, among others, the access to education, to the vote and to the professionalization. In this sense, *A Mensageira* magazine, directed by Presciliana Duarte de Almeida, stands out, circulating between 1897 and 1900. In addition to being the director of the publication, Presciliana was responsible for several sections, writing articles, poems, and literary criticism. Thus, the purpose of this study is to present *A Mensageira* and comment on non-literary texts by the magazine's editor.

KEYWORDS: Feminist Press; *A Mensageira*; Presciliana Duarte de Almeida

A existência de uma imprensa direcionada às mulheres é bastante antiga, tendo em vista que o primeiro registro desse fato ocorreu em 1693, por meio de uma folha denominada *Lady's Mercury*, na verdade, um encarte no jornal *The Athenian Mercury*, de Londres, tendo circulado por quatro semanas apenas. Ainda que tivesse uma breve existência, essa publicação inaugurou uma modalidade de imprensa que iria se tornar muito relevante posteriormente. Uma curiosidade, nessa categoria de publicação, foi o aparecimento de uma seção que se tornaria um lugar comum nas revistas posteriores, o consultório sentimental, no qual as jovens narravam seus problemas, em geral decorrentes de relacionamentos com figuras masculinas. No século XVIII, publicações desse gênero surgiram em diversos países como França, Alemanha, Itália. Já nos Estados Unidos e no Brasil, essa imprensa apareceu somente no século XIX (Buitoni, 1981).

Na verdade, a introdução da mulher como produtora de conteúdos para – não apenas como consumidora de – jornais e revistas data do final do século XVIII e, especialmente, do século XIX. No início, a participação feminina na imprensa, que sempre havia sido de domínio masculino, materializou-se em um espaço insignificante, nos rodapés dos jornais, o que condizia com a mentalidade vigente: para um gênero subalterno, um espaço inferior, tendo em vista que, na época, estava consolidada a posição inferior da mulher na sociedade, já que ela não era produtiva economicamente, tinha uma educação deficiente e não tinha direitos civis reconhecidos. No entanto, a subversão dessa conjuntura ocorreu pelo bom aproveitamento da oportunidade, o que possibilitou que esses espaços lhes fossem “progressivamente reservados”, sendo ocupados por “crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral” (Perrot, 1998: 79).

No Brasil, o aparecimento da imprensa ocorreu somente em 1808, após a vinda da Família Real. Anos mais tarde, publicações destinadas às mulheres tiveram início, no Rio de Janeiro, com *O Espelho Diamantino* – Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas. Dedicado às Senhoras Brasileiras, cuja circulação ocorreu entre 1827 e 1828 (Duarte, 2017: 38-39). Essa publicação foi iniciativa de um jornalista francês, Pierre Plancher, que, no editorial do primeiro número, focaliza um tema muito importante, a educação das mulheres, tônica que será reiterada em todas as edições (Duarte, 2017) e também em outras publicações, especialmente naquelas a cargo de mulheres como *A Mensageira*, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, ou *A Família*, de Josefina Álvares de Azevedo.

A educação como principal reivindicação constitui o aspecto mais urgente para as feministas do século XIX, entre elas, Júlia Lopes de Almeida, que a consideravam mais importante que o voto. Essa tendência não se restringiu ao Brasil. Em 1848, ocorreu em Seneca Falls, Nova Iorque, a 1ª Convenção para o Direito das Mulheres, reunindo expressivo número de mulheres e de homens que se posicionavam contra a escravidão e assinaram a “Declaração de sentimentos e resoluções”, documento com reivindicações que defendiam o acesso à educação e a direitos civis e religiosos, nos mesmos moldes da Declaração de Independência dos Estados Unidos (Gonçalves, 2006). Esse documento lembra a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, de Olympe de Gouges, baseada na “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, da França, cujo lema *liberté, fraternité e égalité* era válido apenas para os homens.

Muitas publicações seguiram *O Espelho Diamantino*, todas dirigidas por jornalistas homens, como *O Mentor das Brasileiras*, *Manual das Brasileiras*, *Espelho das Brasileiras*. A imprensa produzida por mulheres surgiria alguns anos depois. Por muito tempo acreditou-se que o primeiro periódico dirigido por uma mulher fosse *O Jornal das Senhoras*, fundado por Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina radicada no Brasil, o qual, impresso no Rio de Janeiro, circulou entre 1852 e 1855. No entanto, pesquisas realizadas por Zahidé Lupinacci Muzart (2000: 75) apontam que foi Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, considerada por Guilhermino Cesar, de acordo com Muzart, uma feminista *avant la lettre*, a primeira mulher a dirigir uma publicação no Brasil. Maria Josefa Barreto, nome que adotou na imprensa, era natural de Viamão, Rio Grande do Sul, fundou dois jornais, em 1833, que circularam em Porto Alegre, o

primeiro, com o estranho nome *Belona Irada Contra os Sectários de Momo*, ou *Belona*; tratava-se de um jornal político que defendia o Partido Caramuru, o qual representava a posição do governo, lembrando que, pouco tempo após, eclodiria a Revolução Farroupilha. Pouco depois, fundou *Idade d'Ouro*, com Manuel dos Passos Figueroa. Esse periódico definia-se como “jornal político, agrícola e miscelâneo” (Muzart, 2000: 77), tendo circulado até o número 32. Devido às polêmicas instauradas e a seu viés político, os jornais tiveram fechamento precoce. Ainda que tenham sido dirigidos por uma escritora, esses jornais não estavam vinculados à causa feminista.

Muitas dessas folhas tiveram vida efêmera, não conseguindo atingir um ano de existência, tais como *A Brisa*, *O Jornal das Damas*, *O Mimo*, *O Beijo*; outras, no entanto, foram longevas, entre elas, destacam-se *O Corymbo*, publicação das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, que circulou em Rio Grande (RS) de 1884 a 1944, ou o *Almanach das Senhoras*, dirigido pela escritora portuguesa Guiomar Torrezão até sua morte e continuado por sua irmã Felismina Torrezão, uma publicação conjunta de Portugal e Brasil que circulou entre 1871 e 1927 (Duarte, 2017). Outra curiosidade consiste na denominação dessas publicações, que apresentavam, entre outros, nomes de flores, pássaros, objetos: *A Violeta*, *O Jasmim*, *A Camélia*, *A Rosa*, *A Tulipa*; *A Crisálida*, *O Beija-flor*, *Pirilampo*, *O Colibri*, *Falena*; *O Espelho*, *O Leque*, *A Pérola*.

Ao considerar uma imprensa direcionada a um setor específico de público, ou seja, às mulheres, é relevante lembrar a distinção entre imprensa feminina e feminista. Como imprensa feminina podem ser consideradas aquelas publicações voltadas às questões de administração do lar e da criação ou educação dos filhos, receitas culinárias, etiqueta, moda, pequenos contos, poemas, charadas, logogrifos, e, último, porém não menos importante, o consultório sentimental que esteve presente desde o primeiro número do *Lady's Mercury*, no início desse gênero de publicação, como já referido. Como feminista, pode ser tida aquela modalidade que se preocupa com questões relacionadas à condição subalterna da mulher, seu pouco acesso à educação, ao mundo do trabalho, a pouca representatividade social, a nulidade de sua participação política, condições pautadas na legislação vigente, que, originada nas Ordenações Filipinas, do século XVII, conferia ao homem o poder de decidir sobre o destino do “segundo sexo”, confinando-a ao reduto do lar ou ao convento sem possibilidade de

escolha. A partir dessas reflexões sobre imprensa feminina e feminista, pretende-se examinar, brevemente, a representatividade da mulher na imprensa brasileira do século XIX, tendo em vista os artigos publicados na revista *A Mensageira* por sua diretora, a poetisa Presciliana Duarte de Almeida.

Numa época em que a maioria das publicações dirigidas por mulheres tinha duração inferior a um ano, a revista *A Mensageira* conseguiu um feito razoável, tendo em vista que circulou de 15 de outubro de 1897 a 15 de janeiro de 1900, com uma interrupção entre 30 de setembro de 1898 e 15 de fevereiro de 1899, período de luto da diretora pela perda de Bolívar, seu filho mais jovem, conforme esclarece Maria Clara da Cunha Santos em sua “Carta do Rio” de 15 de fevereiro de 1899, no retorno da revista (1987: 1, v.2). *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira* foi publicada em edição fac-similar pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, patrocinada pela Secretaria de Estado da Cultura, em 1987. Essa publicação foi possível porque, em 1902, Presciliana havia doado a coleção completa da revista ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de acordo com dedicatória de próprio punho que se encontra reproduzida na parte inicial da obra.

A Mensageira particulariza-se por ser uma revista na qual não são encontradas as seções habituais nessa modalidade de publicação: não há receitas culinárias ou pontos de bordados, discussões sobre os mais recentes lançamentos da moda em Paris, ou reprodução de moldes e figurinos; porém, nela estão presentes artigos de opinião com ideias sobre acesso à educação, direito ao voto, notas sobre eventos relevantes, uma parte com literatura: poemas, contos, crônicas, resenhas e crítica literária. A revista acolhia colaboração de autoras e de autores, de brasileiros e estrangeiros, o que evidencia seu espírito eclético. Entre as autoras, destacam-se, além de Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Inês Sabino, Áurea Pires, Francisca Júlia, Maria da Clara Cunha Santos, Guiomar Torrezão (de Portugal). Entre os autores que colaboraram podem ser citados Sílvio de Almeida (marido de Presciliana), Alberto de Oliveira, Cândido de Carvalho, Pelayo Serrano (pseudônimo de Nelson de Sena), André Rebouças, Xavier de Carvalho (português radicado em Paris), Damasceno Vieira.

A revista apresentava algumas seções fixas como a coluna “Carta do Rio”, de autoria de Maria Clara da Cunha Santos, na qual a autora, em resposta a um convite para colaborar n’*A Mensageira*, se pronuncia desta maneira: “Assim, pois, guarda para

mim, em tua revista, um logarzinho para as ‘Cartas do Rio’ que iniciarei no proximo numero” (Santos, 1987:6, v.2). O teor das cartas versará sobre impressões da autora, semelhantes a crônicas. Outras seções permanentes são “Seleccção” e “Notas pequenas”. Em “Seleccção”, encontram-se fragmentos e pequenos textos de renomados autores, como Castro Alves, Bernardo Guimarães, Walter Scott, Victor Hugo. “Notas pequenas” é uma seção redigida por Presciliana na qual aparecem notícias de interesse público, como fundação de creches, movimentos para socorro aos órfãos, anúncios de assuntos que serão abordados em números próximos, correspondência comprovando a recepção da revista, recebida de outros periódicos ou de personalidades da época, de caráter elogioso. Além disso, há pequenos ensaios de crítica literária e resenhas de obras recém lançadas. A revista publica, além de artigos de opinião, transcrição de artigos relevantes, publicados em outros jornais, como a matéria sobre o voto na Nova Zelândia, uma transcrição de *O Paiz* (1987). Uma coluna que foi publicada durante algum tempo na revista chamava-se “Chronica omnimoda”, escrita por João Vieira de Almeida. Atribui-se a existência dessa coluna à amizade do autor com Sílvio de Almeida, marido de Presciliana, uma vez que essa seção destoava da linha editorial da revista devido a seu caráter conservador e retrógrado, tendo em vista sua campanha feroz contra o sufrágio feminino. A coluna do dia 15 de novembro de 1897 inicia desta maneira: “Nem a mulher que vota, nem a mulher que mata! Nem Luisa Michel² nem Carlota Corday³”. Outros autores como Pelayo Serrano, Xavier de Carvalho, Sílvio Almeida, defendiam, com empenho, a causa da educação da mulher e, inclusive, clamavam sobre a necessidade de criar escolas femininas. Não se manifestam sobre sufrágio, com exceção de Xavier de Carvalho (jornalista português radicado em Paris), que, concordando com J. Vieira de Almeida (1987: 98, v.1) assevera que as mulheres são “cerebralmente” superiores, não combinando com as mentiras, os equívocos e a retórica do parlamento. Porém, discorda de J. Vieira de Almeida em relação a Luísa Michel, que considera a última santa do século XIX, a qual “nunca votou nem applaude (muito pelo contrario) o voto das mulheres” (Carvalho, 1987: 98-99, v.1). Poucas autoras mencionam a emancipação feminina; esse aspecto é referido diretamente por Sílvio de Almeida, em “Cartão de parabéns”: “Esta revista aparece aos olhos, talvez espantados da velha

² Anarquista que publicou *A Comuna de Paris*.

³ Referência à jovem que assassinou Marat, na Revolução Francesa, colocando fim a um período de execuções em massa.

educação burguesa, como um brado eloquente em favor da emancipação intelectual do eterno e doce feminino...” (1987: 10, v.1). Um aspecto interessante, na revista, é referente ao exercício da advocacia pelas mulheres, que só poderiam atuar no tribunal do júri mediante licença especial do magistrado responsável. Assim, Mirthes de Campos, formada em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1896, somente obteve registro no Instituto dos Advogados do Brasil em 1906 (Massola, 2019), porque seus pares não admitiam o exercício da profissão pelas bacharelas, instituindo uma grande polêmica em que o bom-senso acabou sendo vencedor, depois de muitos anos. Em 1º de outubro de 1897, Dra. Mirthes obteve licença especial do juiz encarregado de um de seus casos e pôde atuar no Tribunal do Júri. Seu saber jurídico foi fundamental para descaracterizar o ilícito penal e absolver seu cliente. A atuação foi tão brilhante que a advogada foi muito aplaudida e cumprimentada, inclusive, pelo juiz e pelo promotor. Esse evento foi comentado por uma das colaboradoras da revista, Maria Emilia, que conclui sua crônica com estas palavras: “Que dirá a tudo isto o *Instituto dos Advogados?*” (1987: 170, v. 2).

Quem foi Presciliana Duarte de Almeida? De acordo com Eliane Vasconcelos (2004), Presciliana nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 1867, onde, juntamente com sua prima, Maria Clara Vilhena da Cunha, fundou um pequeno jornal literário *O Colibri*, o qual, por falta de recursos para impressão, era manuscrito e, posteriormente, distribuído pelas autoras. A parceria com a prima, mais conhecida como Maria Clara da Cunha Santos, iria ser muito significativa na revista *A Mensageira*. Presciliana casou com o primo, poeta e filólogo Sílvio Tibiriçá de Almeida, o qual fundou uma escola particular, o Colégio Sílvio de Almeida. Além de colaborar em jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, publicou diversas obras, a primeira, em conjunto com Maria Clara, chamada *Pirilampos e Rumorejos* (1890), tendo sido responsável pela parte denominada *Rumorejos*. Esse livro teve o prefácio da irmã de Júlia Lopes Almeida, Adelina Lopes Vieira, renomada poetisa naquela época. Outras obras da autora foram: *Sombras* (1906), *Páginas Infântis* (1908), *Livro das Aves* (1914), *Vetiver* (1939), constituindo essa sua última obra. Em 1909, a autora e seu marido foram convidados para participar da fundação da Academia Paulista de Letras, na qual Presciliana, primeira mulher a ingressar na Academia, ocupou a cadeira número 8, cuja patrona era e poetisa

Bárbara Heliodora, esposa do poeta Alvarenga Peixoto e tia trisavó da autora. Faleceu em Campinas em 1944.

Na revista, a atividade de Presciliana desdobrava-se em diretora, redatora, poetisa, crítica literária. Escrevia em seu próprio nome, como também com os pseudônimos Perpetua do Valle e M.P.C.D. Como Presciliana, produziu grande número de poemas, parte deles na forma de soneto, o que indicia uma tendência parnasiana, porém, a maioria revela sua filiação ao Romantismo. Escreveu dois artigos “Duas palavras” (1987: 1, v. 1) e “A primeira avançada” (1987: 369, v. 1). Como M.P.C.D., produziu dois artigos de opinião denominados “A nossa condição” (1987: 49 e 81, v. 1) em que discute a situação da mulher na época. Como Perpétua do Valle, ainda que tenha escrito alguns poemas, produziu textos críticos, denominados “Impressões de leitura”. Na crítica literária, ocupou-se com a obra *Plectros*, de Ibrantina Cardona (1987: 72, v. 1), *Flor de Neve*, de E. de Goes (1987: 160, v.2), além de apresentar a obra de Mme. de La Fayette (1987: 235, v. 1); na pintura, examinou obra de Almeida Júnior (1987:107, v. 1).

O primeiro número da revista *A Mensageira* abre com uma espécie de editorial, no qual Presciliana expõe os princípios que norteiam a publicação. Inicia o texto com um objetivo bem explícito: “Estabelecer entre as brasileiras uma sympathia espiritual, pela comunhão das mesmas ideias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso lar, algum pensamento novo – sonho de poeta ou fructo de observação acurada, eis o fim que, modestamente, nos propomos” (1987: 1, v. 1). Nesse primeiro parágrafo do texto, ficam evidentes dois aspectos: primeiramente, a ideia de renovação, na medida em que a autora se propõe a apresentar ideias e pensamentos novos, provavelmente, discutindo a questão da igualdade de gênero que estava sendo proposta em outros países, como pode ser observado nos textos de Júlia Lopes de Almeida – “Entre amigas” (1987: 3, v.1) –, de Maria Emília – “Falso encanto” (1987: 17, v. 1) –, e na reprodução de artigos de outros veículos de comunicação – “O suffragio feminino em a Nova Zelandia” (1987: 70, v. 1) –; ao mesmo tempo em que não pretende desencadear alguma polêmica, na medida em que alude ao “remansoso lar”, o que evoca tranquilidade e manutenção do *status quo*. Para evidenciar que houve um renascimento das letras, elenca uma série de autoras, entre elas Júlia Lopes de Almeida, Zalina Rolim, Júlia Cortines, Josefina Álvares de Azevedo, acrescentando “o espírito feminino se

desenvolve miraculosamente e a mulher procura iluminar a sua inteligência, concorrendo também com o penhor de suas vigílias para o engrandecimento das letras” (1987: 2, v. 1). No século XIX, as mulheres de letras eram solenemente ignoradas, especialmente, pelos estudiosos da literatura, como atesta a obra crítica de Sílvio Romero, que elenca sete mulheres, referindo-se a algumas delas como exemplos que não deveriam ser seguidos, conforme observa Lúcia Miguel Pereira no artigo “As mulheres na literatura brasileira”, publicado na revista *Anhembi* (1954). Nas condições em que as mulheres se encontravam na época, com pouco acesso à educação, com múltiplos afazeres domésticos, vivendo na dependência de um ser masculino, primeiro o pai, depois o marido, e, na falta desse, recebendo guarida de irmãos ou de filhos, é verdadeiramente um milagre que, nesse contexto elas conseguissem produzir algum escrito de valor. Menciona, ainda, a “Doutora Ermelinda de Sá, essa pujante mentalidade que se afirmou na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, onde fez um curso brilhantíssimo” (1987:2, v. 1). O simples fato de Presciliana citar o caso da médica evidencia a raridade dessa situação. Esse fato inusitado, conforme referido pela autora, está registrado no *Album*, de Arthur Azevedo, que destaca a competência e a perícia da médica, uma vez que suas clientes tornaram-se propagandistas da dedicação da profissional. O último parágrafo aponta para o desejo que a revista seja:

... como que um centro para o qual convirja a intelligencia de todas as brazileiras! Que as mais aptas, as de merito incontestavel, nos prestem o concurso de suas luzes e enriqueçam as nossas paginas com as suas producções admiraveis e bellas; que as que começam a manejar a pena, ensaiando o vôo altivo, procurem aqui um ponto de apoio, sem o qual nenhum talento se manifesta; e que, finalmente, todas as filhas desta grande terra nos dispensem o seu auxilio e um pouco de bôa vontade e benevolencia. (1987: 2, v.1).

Na verdade, considerando que a revista *A Mensageira*, dirigida por Presciliana, circulou no século XIX e que não dispunha de seções habituais de entretenimento das publicações voltadas ao segmento feminino, há que se constatar o avanço de suas proposições, especialmente, direcionadas à reflexão.

Assinado por Prescilina, “A primeira avançada” abre o n. 24, sendo publicado em 30 de setembro de 1898. Também no formato de um editorial, a autora assinala o primeiro ano de circulação da revista, chamando a atenção para o surgimento de escritoras, de obras e de periódicos publicados por senhoras, muito além das expectativas iniciais. Um destaque especial cabe a Júlia Lopes de Almeida,

essa distinctíssima brasileira, cujo talento brilhante e acrisoladas virtudes são motivo de orgulho para todas nós, e de quem não ha muito o notavel professor da Universidade de Stanford (California) dizia: 'Ha poucos escriptores brasileiros que pintem tão facilmente e em estylo tão agradável os costumes do paiz. É ella uma artista de que qualquer literatura se poderia orgulhar' (Almeida, 1987: 369).

Além disso, destaca a campanha realizada por Júlia em favor da fundação de creches e de escolas de educação infantil (jardins da infância), com uma previsão otimista, pois isso “tudo nos leva a crer que o Brazil será em breve um dos mais adiantados paizes do Novo Mundo em relação ao desenvolvimento intellectual e moral de suas filhas” (Almeida, 1987: 369, v. 1). Retoma a questão da educação na página seguinte: “Que esta pequena revista [...] tenha despertado sentimentos de justiça e de interesse sobre a educação e futuro de nossas filhas e estaremos sobejamente compensadas de todos os sacrificios” (Idem: 370, v. 1). Essas considerações reiteram a preocupação com a educação das crianças, especialmente, das meninas, que está presente em diversos artigos da revista. Outro tópico retomado pela autora é a necessidade de que os homens reconheçam o valor das mulheres para que haja “homogenea direcção no aperfeiçoamento das gerações vindouras” (Idem: 370, v. 1). Na verdade, o clamor por igualdade, tanto na visão de Presciliana quanto na de Maria Emília, refere-se à possibilidade de que, com uma educação de qualidade, as mães teriam condições mais adequadas de melhor educar filhos e filhas. A autora que defende o ingresso das mulheres no mercado de trabalho é Júlia Lopes de Almeida, ainda que também parta do princípio da necessidade de ser educada para poder educar. Porém, a autora vai mais adiante, considerando que o povo brasileiro é pobre, as mulheres devem ingressar no mercado de trabalho, “as nossas aptidões podem e devem ser aproveitadas em variadas profissões remuneradas e que auxiliem a familia” (Almeida, 1987: 5, v. 1). De qualquer maneira, o maior avanço do feminismo no século XIX, foi esse. Não é sequer cogitado o ingresso no mercado de trabalho como uma possibilidade de realização própria e de subversão à dependência dos homens da família.

Os artigos mais incisivos de Presciliana foram escritos com o pseudônimo de M. P. C. D.; circularam em 30 de novembro de 1897 (n.4) e 30 de dezembro do mesmo ano (n. 6) e apresentavam o título “A nossa condição”. No artigo de 30 de novembro, na defesa da educação da mulher, a autora assim se expressa: “É demais; a tolerancia tem attingido seu ultimo grau!” (M. P. C. D., 1987: 49, v. 1). Advoga uma reforma completa da educação moral, invocando a consciência da mulher: “Ella precisa saber que tendo

intelligencia e nobres aspirações não deve opprimir e limitar seu pensamento” (Idem: 49, v. 1); dessa maneira, não adianta ter inspiração se faltarem os meios para expressá-la. A autora sugere que a mulher apresente suas ideias, como forma de subverter a crença de que por estudar não pode ser boa esposa e mãe dedicada. O argumento utilizado pelos defensores da ignorância feminina é que o tempo utilizado em leituras e estudos é subtraído à educação dos filhos, ao que a autora contra-argumenta: “Quanto mais ilustrada e inteligente for uma mulher, tanto mais zelosa e cumpridora de seus deveres será” (Idem: 50, v. 1). Investiva, poderosamente, os homens que não educam suas filhas, chamando-os de espíritos frívolos, egoístas e que não merecem consideração ou serem considerados bons cidadãos. Para as mulheres afirma: “Não basta que compreendamos a utilidade e os atractivos do espirito cultivado, é mistér que façamos de nossa parte o maior esforço possível, procurando instruir-nos e desenvolver-nos a bem da patria e da familia” (Idem: 50, v. 1). Um aspecto a destacar nas considerações de Presciliana é a necessidade de que haja disposição das figuras femininas para irem em busca de conhecimento, cujo corolário é o acesso à educação. As portas da academia nunca estiveram fechadas às mulheres, o que não havia era uma tradição de educação feminina, daí a pequena quantidade de escolas e de liceus. Maria Emilia (1987), autora que abre o número que circulou em 30 de outubro de 1897 com o artigo “Falso encanto”, reforça o posicionamento de Presciliana ao exortar suas compatrióticas a deixarem de ser tuteladas, chamando de criminosas e egoístas aquelas que, embora percebam a necessidade de mudança, acham mais confortável acreditar no mito da “rainha do lar”, cujo encanto está na fragilidade e na ignorância, desconhecendo os esforços de um número significativo de senhoras que buscam o que Presciliana defende: igualdade na diferença.

O aspecto igualdade na diferença é retomado no outro artigo assinado por M. P. C. D., “A nossa condição”, que circulou em 30 de dezembro de 1897. A autora inicia chamando a atenção para a desigualdade ainda reinante: “Si lançarmos um relance da vista sobre a actual condição da mulher, ficaremos tristes diante do desequilibrio social que ainda reina e dos direitos que lhe são usurpados pela outra metade do genero humano” (1987: 81, v. 1). Da mesma maneira que Maria Emília fizera no primeiro artigo, retoma a história da mulher desde o antigo Egito, salientando a evolução até o final do século XIX, antevendo que os novos tempos possibilitarão “a *igualdade na*

diferença, animo e perseverança; e a esse risonho futuro que trará a emancipação moral da mulher, uma chuva de palmas e uma salva de ovações” (Idem: 81, v. 1).

A “igualdade na diferença” é uma reivindicação da segunda onda feminista que ocorreu, conforme Thomas Bonnici (2007), após a publicação de Simone Beauvoir, *O Segundo Sexo*, em 1949, sendo escolhida a referência francesa por ter sido um marco na cultura ocidental. Os movimentos ocorridos no final do século XIX, no período de publicação de *A Mensageira*, são incluídos na primeira onda. No Brasil, considera-se que o início da primeira onda ocorreu com a publicação da obra *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, uma tradução livre/adaptação de Nísia Floresta da obra de Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos da Mulher (A Vindication of the Rights of Woman)*, publicada em 1792. Nesse período, ocorreram mobilizações pela abolição; posteriormente, a luta dirigiu-se para a obtenção do direito ao voto e o conseqüente exercício da cidadania plena com a inclusão da mulher no governo em cargos eletivos. Esse movimento, além do sufragismo, incluía outras reivindicações básicas como educação, exercício profissional como enfermeira, jornalista, médica e advogada, direito ao divórcio – magistralmente defendido pela escritora Andradina América Andrade de Oliveira no romance *O divórcio* – (Bonnici, 2007).

A segunda onda, pautada na subjetificação, as exigências, além de paridade de cargos e salários, referem-se às questões de dominação, violência, identidade, diferença de sexo, de raça, de classe. As bases teóricas do movimento, que repelem o poder castrador do patriarcado, são constituídas, entre outros autores, por Jacques Derrida, Jacques Lacan, Julia Kristeva. Outra discussão a respeito da diferença remete ao fato de que não há um conceito unificado de mulher, tendo em vista as já mencionadas questões de classe social, de raça, de orientação sexual, da mesma maneira que não há um feminismo único, aspectos constatados a partir de estudos culturais, pós-coloniais, marxismo, movimentos negro, afrodescendente, chicano. Essa onda foi muito relevante em relação ao cânone literário, pelas pesquisas tanto da representação da mulher na literatura quanto da autoria feminina. As representações femininas em obras de autoria masculina foram reavaliadas a partir dos pressupostos da segunda onda, possibilitando uma desconstrução de imagens estereotipadas comuns nessa modalidade de literatura. Dessa maneira, é notável o pensamento avançado de Presciliana que, em 1897, reivindicava igualdade na diferença.

Textos em prosa também foram escritos por Presciliana sob o pseudônimo de Perpetua do Valle, versando sobre crítica literária ou comentários a respeito de autoras. “Impressões de leitura”, coluna publicada em 15 de dezembro de 1897, ocupa-se com a obra *Plectros*, da escritora gaúcha e colaboradora do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, Ibrantina Cardona. Coloca, inicialmente, as dificuldades do crítico que não pode ser indulgente ou severo em excesso, devido às consequências que produz no escritor, a falta de aprimoramento ou o desânimo e abandono do fazer literário, ambas negativas. Perpétua inicia analisando a capa, que reputa elegante, após detém-se no prefácio, escrito pelo poeta Carlos Ferreira, que ironiza a dificuldade de criticar uma obra escrita por mulher, uma vez que, por cortesia, às damas são perdoadas as inadequações, sendo seus erros vistos como belezas pitorescas e adoráveis. Perpétua contesta esse posicionamento: “os livros de senhoras, tanto como os de cavalheiros, devem ser julgados com imparcialidade e justiça” (1987: 73, v. 1), a fim de garantir o reconhecimento da qualidade literária de autoras relevantes como Zalina Rolim ou Júlia Cortines. Mesmo assim, ressalta que o pouco acesso à educação precisa ser levado em conta na ocasião do julgamento. A seguir, ressalta os aspectos positivos da obra *Plectros*, apontando a inspiração, ou, nas palavras da autora “o fogo sagrado” que pode ser percebido nos poemas de Cardona. Perpetua do Valle não se furta de apontar problemas relacionados a colocação pronominal, utilização de modo verbal e versos truncados. Conclui cumprimentando a autora e desejando que essa não seja sua única obra. Fecha o texto com um poema de Ibrantina Cardona.

Um segundo texto abordando comentários sobre uma autora denomina-se “Lagrima tardia” (1987: 218, v. 1). Na verdade, trata-se de uma homenagem à poetisa Maria Jucá, que havia falecido há mais de três anos. Além de traços biográficos, comenta, rapidamente, alguns poemas da autora, apresentando o primeiro poema publicado “A Lagrima e o Sorriso” (Idem: 219, v. 1).

O terceiro texto versa sobre Maria Clara da Cunha Santos, prima de Presciliana. Inicia com um retrato da autora e segue com inúmeras manifestações elogiosas a seu temperamento o qual possibilita uma expressão bem-humorada nas “Cartas do Rio”. A homenagem a Maria Clara e a seu esposo conclui com a apresentação do conto “No Sertão”, dedicado à Adelaide Lopes Gonçalves (Idem: 355-360, v. 1).

O último texto crítico, “Impressões de leitura”, faz considerações sobre a novela *Flor de Neve*, de Eurico de Goes. Perpétua inicia abordando a dificuldade de colocar no papel aquelas impressões que tão facilmente são expressas oralmente. Seguindo sua sistemática, aponta diversos aspectos positivos presentes no texto, elogiando a correção da linguagem, a fantasia das descrições, a qual, no entanto, contrapõe com a realidade: “Triste, bem triste é idealisar vivendas assim nestes tempos em que já é tão difícil um tecto modesto e confortavel” (161, v. 2). Considera o teor poético do texto, augurando que o jovem (o autor tem apenas 18 anos) produza outros trabalhos com personagens mais humanas e menos idealizadas. Perpétua não gostou do final em que a heroína torna-se idiota, argumentando que a idiotia não apresenta o trágico da loucura. Finaliza o texto, considerando que “é vezo de todos que escrevem sempre achar algum senão nas obras de que tratam” (161, v. 2).

Presciliana Duarte de Almeida, incluindo seus pseudônimos, não publicou apenas artigos de opinião ou de crítica literária, porém significativa produção poética. Na revista, há inúmeros poemas, com variados metros, justificando seu renome no mundo literário da época com considerável obra publicada. No entanto, como muitas outras autoras do final do século XIX e da primeira metade do século XX, foi apagada da história da literatura, ainda que conste no Dicionário de Sacramento Blake de 1883. Historiadores da literatura contemporâneos como Sílvio Romero e também os posteriores pouca atenção deram a essa senhora, atitude comum com as escritoras. Autoras oitocentistas brasileiras foram recuperadas devido ao trabalho arqueológico realizado por pesquisadoras de diferentes universidades que buscaram, em jornais e periódicos antigos e também em bibliotecas e sebos, vestígios dessa escritura apagada, descobrindo romances, contos, poemas, crônicas, artigos dessas escritoras, conferindo-lhes visibilidade e também a uma produção literária que havia sido marginalizada o que conduz a uma nova possibilidade de história da literatura.

Outro aspecto marcante da revista é a orientação feminista impressa, de acordo com as convicções da diretora. Tanto os artigos de Presciliana quanto os de colaboradores e colaboradoras, com raras exceções, mantêm a mesma diretriz. Pautas caras ao feminismo, como educação das meninas, são muito enfatizadas. A educação é vista principalmente no sentido de que a mãe de família seja suficientemente preparada para ministrar uma educação de qualidade aos filhos, ou seja, para “formar o homem de

amanhã”. Outras participantes vão mais além, defendendo o direito de as mulheres exercerem profissões remuneradas, inclusive com o ingresso na academia, destacando casos de médicas que exerciam sua profissão com muito sucesso, e de advogadas que enfrentaram e venceram uma grande polêmica instaurada no Instituto dos Advogados do Brasil (antecessor da OAB), em que inúmeros bacharéis e magistrados se opunham à atuação de mulheres na advocacia, ainda que tivessem preenchido todos os requisitos legais. Está presente também na revista, tanto nas linhas quanto nas entrelinhas, o incentivo ao emponderamento feminino, na medida em que as mulheres são instadas a deixarem a posição confortável de tuteladas e a ressignificarem seu papel, no enfrentamento à sociedade patriarcal.

A questão do voto também mereceu espaço no periódico, embora houvesse vozes contrárias, as quais eram, na maioria, masculinas. O argumento utilizado era a superioridade do espírito feminino para enfrentar o ambiente mesquinho e degradado da política. O grande problema era que, sem o direito de votar ou de ser votada, não haveria possibilidade de as mulheres terem reconhecidos seus direitos civis, ficando na posição perpétua de incapazes perante a lei.

Por fim, resta reconhecer a contribuição de Presciliana Duarte de Almeida para a causa da literatura, tanto publicando escritoras célebres e dando voz a outras que desejavam expressar ideias e sentimentos, quanto defendendo ideias que iriam, unindo-se a outras, posteriormente, contribuir para a transformação da vida das mulheres, garantindo-lhes educação, cidadania e liberdade.

TRABALHOS CITADOS

Almeida, J. Vieira de. Chronica Omnimoda. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 33-35. v. 1. Edição fac-similar.

Almeida, Julia Lopes. Entre amigas. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 3-5. v. 1. Edição fac-similar.

Almeida, Presciliana Duarte de. Duas palavras. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. 1-2. v. 1. Edição fac-similar.

Almeida, Presciliana Duarte de. A primeira avançada. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987p. 369-370. v. 1. Edição fac-similar.

Almeida, Silvio de. Cartão de parabens. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 10-11. v. 1. Edição fac-similar.

A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Edição fac-similar. 2. v.

Bonnici, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

Buitoni, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

Carvalho, Xavier de. O feminismo. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 97-100. v.I. Edição fac-similar.

Emilia, Maria. Com ares de chronica. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 169-172. v. II. Edição fac-similar.

Emilia, Maria. Falso encanto. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 17-18. v. I. Edição fac-similar.

Gonçalves, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Massola, Ivone. Preconceito e subversão: a trajetória da advogada Myrthes de Campos em *A Mensageira*. In: Zinani, Cecil Jeanine Albert (Org.). *Imprensa feminista e literatura: contribuições da revista A Mensageira*. Caxias do Sul: Educ, 2019. p. 133-155.

Miguel-Pereira, Lúcia. As mulheres na literatura brasileira. *Anhembi*, ano 5, v. 17, n. 49, p. 17-25, dez. 1954.

M. P. C. D. A nossa condição. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 49-51; 81. v. 1. Edição fac-similar.

Muzart, Zahidé Lupinacci. Maria Josefá Barreto. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. rev. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 75-79.

Perrot, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1883. v. 6.

Vasconcelos, Eliane. Prisciliana Duarte de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, v. 2. p. 407-428.

Valle, Perpetua do. Impressões de leitura. *A Mensageira: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 72-76. v. 1. Edição fac-similar.

Valle, Perpetua do. Impressões de leitura. *A Mensageira*: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 160-161. v. 2. Edição fac-similar.

Valle, Perpétua do. Lagrima tardia. *A Mensageira*: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 218-220. v. 1. Edição fac-similar.

Valle, Perpetua do. Retrato, Maria Clara da Cunha Santos. *A Mensageira*: Revista Literaria Dedicada á Mulher Brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. p. 353-355. v. 1. Edição fac-similar.

Cecil Jeanine Albert Zinani é Graduada em Letras/ Português e Inglês (UCS) e ali cursou Especialização em Literatura Infanto-Juvenil. Obteve o grau de Mestre em Letras/ Teoria da Literatura pela PUCRS e o de Doutora em Letras/Literatura Comparada pela UFRGS. Realizou Estágio Pós-doutoral em Letras/ Memória e História na PUCRS. Foi professora titular do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura: Mestrado e Doutorado (UCS). Coordenou o grupo de pesquisa “Mulher e Literatura”, vinculado ao Diretório do CNPq “Literatura: novas perspectivas e transformações”. Entre suas publicações, destacam-se: *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*, *História da literatura: questões contemporâneas*.

Artigo recebido em 24/05/2021.

Aprovado em 03/06/2021.